MEMÓRIAS
DA
ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE
LISBOA

CLASSE DE LETRAS

TOMO XLII

Os limites da austeridade e a saída da crise

PAULO DE PITTA E CUNHA

ACADEMIA DAS CIÊNCIAS
DE LISBOA

LISBOA • 2021

Os limites da austeridade e a saída da crise

Paulo de Pitta e Cunha

1. Há dois caminhos extremos para a resolução da crise da dívida soberana.

O primeiro consistiria na reestruturação da dívida, incluindo um *hair cut* substancial negociado com os credores – solução humilhante que se tornou inevitável no caso da Grécia.

Afigura-se-nos que Portugal está ainda a tempo de se eximir a esta situação. Mas a via é estreita, porque no programa de auxílio externo são dominantes os aspectos de cariz punitivo, faltando um impulso articulado e claro para a recuperação da economia. Não basta conseguir-se o acesso aos mercados: o País só sairá da crise pelo retorno ao crescimento.

2. Ainda mais drástico seria o abandono da zona euro e o regresso à moeda nacional, que não se afigura constituir solução praticável sem graves danos económicos e políticos. A muito considerável depreciação cambial que se seguiria ao abandono da moeda única seria acompanhada de gravíssimas perturbações muito sérias do sistema financeiro, implicando a imposição de controlos de capitais não compatíveis com o conceito do mercado interno europeu. E a dívida externa denominada em euros resultaria substancialmente agravada em termos de moeda nacional.

Por outro lado, a depreciação cambial subsequente à retirada do sistema de moeda única, para além do risco de se ver anulada pelo efeito inflacionista que suscitaria, poderia deparar com a falta de condições estruturais para a oferta das quantidades acrescidas de bens e serviços transaccionáveis, indispensáveis à recuperação do saldo exterior.

Acresce que, aberto o precedente do abandono da união monetária por parte de um dos seus membros, poderia produzir-se um perigoso efeito de contágio, e ver-se ameaçada a subsistência não só da zona euro como da própria União.

Tal como exprimi reticências em relação ao projecto da moeda única – tendo em particular considerado desaconselhável que Portugal figurasse no elenco dos

fundadores –, tenho de reconhecer que, como (bem ou mal) tal projecto se materializou, seria agora nefasta a sua dissolução.

3. Compreende-se que os países financeiramente mais folgados procurem esforçar-se por evitar a situação extrema de abandono da zona por parte dos que estão directamente envolvidos na crise. A questão é saber se é bastante a panóplia das medidas que admitam assumir.

A união monetária, pelo próprio imperativo da sua sobrevivência, deveria ser completada pelo reforço de dispositivos da vertente económica, através de fórmulas nascidas de um impulso solidário que, independentemente da existência, ou não, do desígnio de formação de uma Europa federal, não deixariam de se traduzir em avanços no sentido de uma maior integração política. Ora, a crise ocorre precisamente na fase de mais evidente desvitalização do projecto europeu e de esmorecimento do espírito que o inspirou.

4. As reservas que formulei assim que foi conhecido o projecto da moeda única europeia radicavam não só nas insuficiências desse específico projecto (o desequilíbrio entre a vertente monetária e a vertente económica; a falta de soluções para os choques assimétricos numa óptica de solidariedade), mas precisamente na apreensão de que se desenvolvesse a virtualidade propulsora de uma solução federal, a qual, no termo do processo, poderia pôr em causa a subsistência dos Estados com entes directos das relações internacionais, levando inclusivamente Portugal a transpor um limiar inaceitável na integração.

Daí o ter preconizado para o nosso País a assunção de uma posição de *wait and see*, no estilo da excepção dinamarquesa, ao invés do deslocado orgulho oficial pela participação no núcleo fundador da UEM.

Para salvar a união monetária, parece tornar-se inevitável, por razões de ordem instrumental, a intensificação da integração fiscal e financeira. Só que ela vai no sentido oposto à presente dissipação do impulso para o federalismo político na Europa, que se observa mesmo nos países que abertamente o advogaram no passado.

Compreende-se que, no presente contexto, e para mais porque não deixam de aparecer fragilidades não previstas – como a que agora emerge da situação política italiana, e a que está envolvida na proposta de confisco parcial dos

depósitos bancários contida no programa de auxílio externo a Chipre, medida cujo anúncio, só por si, constituiu erro desastroso, por atentar contra a garantia dos depósitos e minar as bases de confiança em que assenta o sistema financeiro –, a hipótese de implosão da zona euro continua a não poder ser excluída.

5. De resto, em certos eleitorados nacionais está a verificar-se uma preocupante reacção de desconfiança quanto à capacidade de os partidos políticos tradicionais do arco da governação enfrentarem a recessão que vai submergindo a Europa, voltando-se para soluções de índole populista, talvez ingenuamente sedutoras, mas inaptas para a resolução dos problemas de fundo que assolam as economias.

Ao mesmo tempo, vai-se exacerbando a clivagem entre a visão ultraliberal de uma terapêutica frontal de austeridade e a perspectiva daqueles que, decepcionados com os resultados daquela, apelam para uma saída "keynesiana" da crise, concentrada no impulso ao emprego, ao investimento e à expansão real, se bem que raramente especifiquem que instrumentos deveriam ser utilizados e com que recursos financeiros se poderá contar.

A solução deverá estar numa síntese de elementos das duas ópticas extremas.

Mas o risco de a austeridade suscitar o declínio da expansão é maior nas economias que não dispõem do instrumento de variação autónoma do câmbio, como é o caso das participantes numa união monetária. A falta daquele instrumento torna instante a concepção e introdução de políticas que envolvem o apoio de órgãos centrais do Grupo, visando compensar a meta da correcção do desequilíbrio orçamental com o impulso de recuperação do emprego, do crescimento e da expansão real nas economias em crise.

E aqui a ênfase é posta nas "reformas estruturais", ligadas à flexibilização dos mercados; à promoção da educação e da inovação, procurando contrariar-se o lento crescimento da produtividade; à eficiência do regime fiscal.

Ora, foi precisamente a falta de políticas deste tipo – assumidas a nível europeu – que marcou o planeamento da actual união monetária, situação que a "Agenda de Lisboa", não obstante as intenções proclamadas, não conseguiu modificar.

6. Estando um país impossibilitado de operar a desvalorização externa para a recuperação da competitividade, em razão da pertença à união monetária, e excluída a hipótese de retirada da zona, introduzir-se-á uma espécie de "desvalorização interna", através da compressão dos salários e demais rendimentos, para se abrirem oportunidades de expansão das exportações de bens e serviços, e assim se eliminar por forma sustentada o défice da balança corrente e se criarem condições, a par das suscitadas por uma melhoria progressiva da balança de capitais, para o reembolso gradual da dívida externa acumulada em excesso.

Mas há limites – presentes no caso de Portugal. Em primeiro lugar, se as exportações do país representarem uma parte relativamente pequena do produto interno, a correcção do défice não terá suficiente amplitude. Depois, as medidas restritivas que geram a referida desvalorização interna levam a uma recessão induzida e a graves tensões sociais, dificultando a visada transição da austeridade para o crescimento.

A questão de saber como processar tal transição mantém toda a sua actualidade. A generalização da recessão induzida mostra que as medidas restritivas, só por si, não resolvem o problema. Antes o agravam. Compreende-se que se preconize que, a par de medidas internas visando a expansão, a redução do desemprego e a melhoria da produtividade, seja proporcionado, para além de um abrandamento nas exigências do actual programa, um auxílio externo destinado a evitar a asfixia na depressão e a concorrer para o crescimento do produto.

Para o conseguir não ajuda a assunção de uma atitude acrítica ou passiva por parte dos governantes, a qual deveria dar lugar a uma posição mais criativa e mais assertiva na promoção dos interesses nacionais.

7. Caímos aqui na velha questão da falta de solidariedade intra-europeia, pois o que estaria em causa não seria o "auxílio" gélido que se vem praticando, mas uma atitude bem diferente, inspirada no espírito solidário no interior da União. A questão é que tal espírito vai estando ausente das realizações intra-europeias.

O certo é que a situação económica e social dos países da Europa meridional – vejam-se os resultados confusos das últimas eleições parlamentares na Itália e na Grécia e a difusão de manifestações de descontentamento em Portugal e Espanha – revelam o estreitamento quase total da margem para mais austeridade.

Além dos danos causados ao tecido produtivo e da deterioração das condições de vida, o retrocesso da economia leva ao agravamento da situação social e política dos países afectados pela crise e, possivelmente, da zona euro no seu conjunto.

8. Numa análise que acaba de ser difundida pelo Banco Central Europeu, refere-se que tudo indica que os programas de ajustamento estão a atingir as suas metas na Irlanda e em Portugal. Pelo menos no que toca ao nosso País, esta referência, além de pecar por excesso de optimismo, escamoteia as dificuldades com que a execução do programa tem deparado, omitindo os malefícios em termos de emprego e condições de vida que tem acarretado e a frustração perante a falta de resultados e de um horizonte crível para o fim da crise.

À percepção, por parte das entidades internacionais ligadas ao programa, de que este vem sendo executado de modo favorável contrapõe-se, no plano interno, a consciência das graves tensões e do mal estar que decorrem de sucessivas decepções, tendo a última sido suscitada pela decisão sobre a inconstitucionalidade de certas normas do Orçamento para 2013, perante a estranha impreparação do Governo para prevenir situações que, como esta, tinham manifesta probabilidade de se concretizarem.

Infelizmente, parece ainda bem distante a saída da crise. E estão longe de se dissiparem as dúvidas que pesam sobre o futuro do euro, quer no plano específico dos países em dificuldade, quer na óptica da zona no seu todo.

(Comunicação apresentada à Classe de Letras
na sessão de 11 de Abril de 2013)